



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

21/09/2015 ATÉ 21/09/2015



INDÍCE

1	BLOG ANÍBAL LINS	
	1.1 SINDJUS.....	1
2	BLOG DANIEL MATOS	
	2.1 VARA CÍVEL.....	2
3	BLOG GILBERTO LEDA	
	3.1 COMARCAS.....	3
4	BLOG JM CUNHA SANTOS	
	4.1 SINDJUS.....	4
5	BLOG JOHN CUTRIM	
	5.1 SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	5
6	BLOG MANOEL SANTOS	
	6.1 DECISÕES.....	6
7	G1 MARANHÃO	
	7.1 DECISÕES.....	7
8	IMIRANTE.COM	
	8.1 VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	8
9	SINDJUS	
	9.1 SINDJUS.....	9 10

SINDJUS/MA republica Edital da Assembleia Geral que vai deliberar sobre Greve Geral, dia 03/10, no TJMA

Publicado em setembro 20, 2015 por Anibal Lins

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão - SINDJUS/MA republica nesta segunda-feira, 21/09, os Editais de Convocação das Assembleias Gerais, que vão deliberar sobre a deflagração de GREVE GERAL dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão para garantir a REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA, no índice de 6,3%, com efeitos retroativos a janeiro de 2015, autorizar o uso da internet nos processos eleitorais e deliberativos do SINDJUS/MA, bem como majorar pelo prazo de seis meses a contribuição mensal dos associados para custear as despesas da greve e da campanha pela manutenção dos 21,7%.

Os motivos da republicação dos Editais e alteração da data da Assembleia Geral Extraordinária para o dia 03 de outubro, sábado, são dois: 1º) Por recomendação da assessoria jurídica, com objetivo de cumprir requisitos formais da LEI DE GREVE; 2º) Para mudança do local das Assembleias Gerais para o Clube Recreativo do SINDJUS/MA, na Estrada do Cumbique - Raposa, de modo a facilitar o acesso ao maior número de servidores a esse momento de reencontro histórico da classe trabalhadora do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que decidirá os próximos passos da luta da categoria contra a retirada seus direitos por parte do Tribunal de Justiça e do Governo Flavio Dino.

Relembrando a todos que, apesar de formalmente a greve ser por REPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS DE 2015, a luta política da categoria é tríplice: 1) Reposição inflacionária; 2) Manutenção dos 21,7% e aprovação do Novo PCCV; 3) Anistia das punições da greve de 2014.

A luta continua!...

Flávio Dino pediu censura ao Facebook depois de eleito

Movimentação processual informa vara, nome do magistrado que julgaria a ação e prova, de forma inequívoca, que Flávio Dino pediu censura ao Facebook depois de eleito|

O secretário de Estado de Assuntos Políticos e Federativos e segundo homem mais forte do atual governo, Márcio Jerry, mente ao afirmar que a ação judicial que resultou em censura ao Facebook é do período de campanha eleitoral. A fim de estabelecer a verdade, este blog prova materialmente, com base na movimentação processual, que o governador Flávio Dino (PCdoB) interpelou a rede social para que esta excluísse quatro perfis virtuais com sátiras e críticas à sua figura depois de eleito.

O processo movido por Dino contra o Facebook foi aberto em 6 de novembro de 2014, exatamente um mês e um dia após ele ter vencido o pleito, com 63,52% dos votos válidos.

A informação que desmente categoricamente Jerry está disponível no sistema de busca do site do Tribunal de Justiça do Maranhão (Jurisconsult), como atesta a reprodução acima, que traz não só dia, mês e ano do início da tramitação, como a vara judicial (2ª Vara Cível) e o nome do juiz responsável pelo julgamento da ação (Luiz de França Belchior Filho). Em 3 de março deste ano, o magistrado deu ganho de causa ao comunista, quando este já estava no pleno exercício do cargo de governador.

Movimentação processual recente

O processo registrou movimentação ainda mais recente. No último dia 15, a 4ª Câmara Cível do TJ julgou improcedente recurso interposto pelo Facebook para restabelecer o conteúdo das páginas censuradas: "Dino Irônico", "Flávio Dino, o falso profeta" e duas páginas com o título "Flávio Dino Bolado".

Com a vitória na segunda instância, Flávio Dino fez cessar, pelo menos na Justiça estadual, as críticas, ironias e sátiras postadas em páginas virtuais criadas por internautas descontentes com o seu governo. Mas nada garante que ele terá o mesmo sucesso caso essa e outras ações semelhantes sejam julgadas por tribunais superiores, em Brasília.

A propósito, este blog também foi alvo de ação judicial movida por Flávio Dino, então governador eleito, pedindo a exclusão de conteúdo e indenização por causa de matéria supostamente ofensiva aqui publicada. Assim como a ofensiva contra o Facebook, o processo data de novembro passado, mas a tentativa de censura, dessa vez, não prosperou (reveja).

Foi, talvez, a primeira investida de viés autoritário do comunista contra a imprensa que não lhe beija a mão. E um dos primeiros golpes sofridos por ele em sua pretensão de barrar, via tribunais, ideias e posicionamentos contrários aos seus métodos. Para o bem da democracia.

Bom Jardim: Lidiane Leite completa um mês foragida

De O Estado

A fuga da ex-prefeita do município de Bom Jardim Lidiane Leite (sem partido), que ganhou repercussão internacional, completa hoje um mês. Lidiane foi declarada foragida pela Polícia Federal (PF) no dia 20 de agosto, após ter sido deflagrada a Operação Éden, no município.

Até o momento, não há qualquer informação do paradeiro da ex-prefeita, que perdeu o cargo político após abandonar a administração pública. Dois aliados da ex-gestora estão presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e aguardam julgamento por desvio de dinheiro público. Lidiane Leite é apontada pela PF como membro de uma organização criminosa que pode ter desviado até R\$ 15 milhões da Prefeitura de Bom Jardim.

Fazem parte desta organização, segundo a polícia, os ex-secretários do município, Beto Rocha, de Assuntos Políticos, e Antônio Cesarino, de Agricultura. Ambos foram presos na data do início da fuga de Lidiane.

Merenda

A polícia chegou à organização após monitorar e rastrear o desvio de recursos federais destinados à merenda escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

As investigações foram comandadas pelo delegado Ronildo Lages, chefe da Delegacia de Repressão aos Crimes Patrimoniais da Polícia Federal no Maranhão. Oito dias depois da fuga de Lidiane Leite, a então vice-prefeita do município, Malrinete Gralhada (PMBD), assumiu o comando da administração pública, após decisão do juiz Cristóvão Barros, titular da 2ª Vara da Comarca de Santa Inês.

Gralhada havia ingressado com mandado de segurança para alcançar o posto. A peemedebista acabou empossada pelo próprio juiz, o que, naquela oportunidade, acabou inviabilizando a articulação da Câmara de Bom Jardim. Os vereadores aguardavam que a ausência injustificada completasse 10 dias para que fosse pedido o seu afastamento.

Sobre servidores da Justiça e Polícia Civil

JMCunha Santos

Duas bombas financeiras de efeito retardado caíram no colo do governo Flávio Dino, atítulo de herança maldita deixada pelo governo Roseana Sarney. A primeira delas vem dos servidores do Poder Judiciário, uma reposição salarial de 21,7 % que, se paga, removerá dos combalidos cofres do Estado a espantosa cifra de R\$ 5 bilhões. Contra essa situação a ex-governadora apelou para a Justiça e também o atual governo considera impraticável despejar a monumental quantia nos contracheques de uma única categoria funcional.

O Sindicato dos Servidores da Justiça, no aguardo de uma decisão judicial que lhes seja favorável, ameaça com a decretação de greve por tempo indeterminado. A segurança pública foi simplesmente sucateada no último governo. Em termos de efetivo policial, o menor do país por habitantes, salários, insegurança, superlotação, falta de cadeias públicas, fugas, barbárie, terceirizações direcionadas e deu no que deu. São Luís se tornou uma das cidades mais violentas do mundo. Um grito mais alto vinha também da Polícia Civil.

Com salários defasados, péssimas condições de trabalho e cortes em direitos e garantias que são próprios da profissão. O governo Flávio Dino agiu de imediato, aumentando o efetivo da Polícia Militar, concedendo reajuste de 20 a 38 % para a Polícia Civil, o maior do Brasil, adequando os salários dos delegados às exigências da isonomia salarial e garantindo ao corpo todo da Polícia Civil conquistas como Gratificação de Natureza Técnica, adicional de insalubridade que será implantado na folha de setembro com retração a 8 de junho, abono de permanência aos policiais que antes só conseguiam o reconhecimento pela via judicial. No caso dos servidores do Judiciário, o simples enunciar de uma cifra correspondente a R\$ 5 bilhões leva a pensar na inviabilização de todas as demais ações e projetos governamentais; no caso dos policiais civis, não nos parece que a distância entre o salário de um agente e o salário de um Delegado deva servir de motivação para uma greve.

E quanto aos retroativos da Polícia Civil, a quanto monta essa quantia até aqui não assinalada? O governador tem sido cético no tratar dos dois assuntos, afirmando e reafirmando que não pode e não vai quebrar o Estado. E o montante de recursos exigíveis para atender as duas categorias sugere que, na esteira da mais grave crise econômica do país dos últimos tempos, o Estado pode realmente quebrar. O fato é que categorias funcionais as mais diversas pagaram um preço muito alto no correr do governo Roseana Sarney com o desprezo do Estado para com os servidores públicos.

A Polícia Militar, a Polícia Civil, os servidores da Justiça, os professores, os agentes de saúde etc.. O governador Flávio Dino, indubitavelmente, age para consertar todos os crimes cometidos contra o funcionalismo no Maranhão. Mas, por maior que lhe seja a boa vontade, não existem recursos disponíveis para consertar tudo de uma vez.

Por enquanto é receber as primeiras soluções, aguardar as que certamente ainda virão e lembrando sempre que até o ano passado a situação era muito pior e nada indicava que, sem uma radical mudança de mentalidade governamental, pudesse melhorar.

CNJ manda suspender farra de designações em cartórios do MA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revogou designações irregulares de cartórios no Maranhão.

O Conselheiro Relator Arnaldo Hossepian Junior, em decisão prolatada no dia 8 de setembro, concedeu liminarmente medida para determinar à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão que revogue as designações de Pryscilla de Cássia Machado de Sousa Ferreira, Antonio Felipe Araújo Ribeiro, Marcos Weba e Delfina do Carmo Teixeira de Abreu e designe novos interinos.

De acordo com a decisão publicada, a prestação dos serviços pelas serventias de Graça Aranha, 1ª Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Luís/MA, 1º Ofício de Arari/MA e 1º e 3º Ofícios de Caxias, estão sob a responsabilidade de interinos/interventores que não preenchem os requisitos objetivos mínimos para o exercício dessas delegações.

A manifestação do CNJ ocorreu depois que a Associação de Titulares de Cartórios do Estado do Maranhão, Associação dos Notários e Registradores do Maranhão - ANOREG/MA e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Maranhão - IEPTB/MA entraram com Procedimento de Controle Administrativo questionando diversos atos praticados pela Desembargadora Corregedora Geral da Justiça do TJMA no que diz respeito às designações de interinos/interventores realizadas para as serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão.

Alegaram, no PCA, que a Desembargadora Nelma Sarney tem procedido diversas nomeações realizadas de forma contrária aos ditames normativos do Conselho Nacional de Justiça. Entre as supostas irregularidades, falhas nos requisitos de ingresso dos interinos/interventores, tais como o aspecto geográfico (acúmulo indevido de serventias; titulares respondendo por até três cartórios em locais de grandes distâncias) e designações supostamente em desconformidade com preceitos estabelecidos pelo CNJ e pelo próprio Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão (indicação de não concursados, pessoas estranhas respondendo pela atividade).

Foram detectadas 24 designações de interinos/interventores com supostos vícios. Vários substitutos foram impedidos, indevidamente, de responder pelas serventias no lugar do titular ou substituto legal.

Os desdobramentos da investigação do CNJ podem trazer à tona mais detalhes do que realmente está por trás dessas escolhas indiscriminadas para as serventias extrajudiciais do estado.

Decisão <https://www.cnj.jus.br/pjecnj/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/documentoSemLoginHTML.seam?ca=cb66b24bb72ab760d2e8a3dca404a6fe9a348ae10e5068550aa847dc9169bc617cfaea145cb8bd538e1427ba22a30102>

Candidato a presidente da OAB critica morosidade do Judiciário no Maranhão

Publicado em 20/09/2015 às 12:37 por manoelsantos

Mozart Baldez denuncia morosidade da Justiça e diz que OAB é omissa

Ao lançar sua pré-candidatura à presidência da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), o advogado Mozart Baldez fez duras críticas, na sexta-feira (18), ao Judiciário maranhense. Depois de afirmar que a OAB não está atuando na defesa das prerrogativas dos advogados, Mozart Baldez declarou que os juízes maranhenses, em sua maioria, trabalham muito pouco.

“A escala deles é “T-Q-Q-”, terça, quarta e quinta e “Q-Q”, quinze em quinze dias. São os superdeuses que trabalham quando querem. Não há por parte da gestão do TJMA um controle sobre o Judiciário. E o advogado fica à mercê dessas autoridades e os processos não andam”, declarou Mozart Baldez, que fala nesta entrevista sobre problemas que estão ocorrendo no Judiciário e na OAB-MA:

Jornal Pequeno – Qual a razão desta sua candidatura?

Mozart Baldez – Mudar a gestão da Ordem para mudar as práticas antigas. Precisamos profissionalizar a instituição e defender as prerrogativas dos advogados, a advocacia e os jurisdicionados. A OAB-MA precisa deixar de servir de braço ideológico e partidário e assumir a defesa do interesse geral dos cidadãos. Nunca pode se abster de defender a Constituição e as leis ordinárias. Deve ser independente, autônoma e ter também uma visão mais social e menos patrimonialista.

JP – Que problemas a entidade enfrenta hoje?

Mozart – A OAB-MA vende crachá para advogado ingressar no Fórum ao invés de valorizar a sua identidade funcional. Funciona como uma espécie de anexo do TJMA porque a tudo aceita. A maior parte dos gestores da OAB são patrões da advocacia e não frequentam as varas da capital e do interior. Portanto, não sabem quais as dificuldades do advogado. O grupo que comanda a OAB é elitista e não tem nenhuma identidade com a classe.

JP – E quais são as dificuldades do advogado?

Mozart – Um foco importante a ser combatido é a Justiça. Em recente visita a 14 comarcas do interior, constatamos que a escala do TJMA é fictícia. Fizemos vários vídeos e colocamos em nossa página na internet denunciando que os juízes maranhenses em sua maioria trabalham pouco e produzem pouco. Nos 14 municípios não foram encontrados o juiz titular ou o que estava respondendo.

A escala é “T-Q-Q-”, terça, quarta e quinta e “Q-Q”, quinze em quinze dias. São os superdeuses que trabalham quando querem. Não há por parte da gestão do TJMA um controle sobre o Judiciário. O advogado fica à mercê dessas autoridades e os processos não andam. É possível até concluir que muitos juízes do interior não trabalham efetivamente sequer 28 horas semanais. Ninguém combate isto. Nem o TJ e nem a OAB-MA denuncia.

No Maranhão todo mundo tem medo de falar a verdade com medo de retaliação dos poderosos e alguns blogueiros ainda se vendem para denegrir a imagem de quem reclama do sistema. Mas nós não nos intimidamos com isto até mesmo porque já transformamos setores mais difíceis em Brasília, como a Polícia Civil, que se tornou uma instituição democrática depois de vários conflitos.

JP - Qual o reflexo da morosidade dos juízes no trabalho dos advogados?

Mozart - É algo que causa prejuízos em todos os seus aspectos. As partes acham que os processos não tramitam com soluções por inoperância do profissional. Mas entendo que a gestão do TJMA deve ousar um pouco mais. Em Brasília e São Paulo, há anos que o Juizado Especial Criminal 24 horas funciona com êxito.

No mesmo sentido uma gestão mais moderna e ousada poderia colocar mediante recompensa os juízes para trabalhar em um terceiro turno, durante os sábados, domingos e feriados, como ocorre com a segurança, saúde etc. Aí os processos seriam desencalhados.

JP - De que forma a OAB pode atuar melhor na defesa dos advogados?

Mozart - Protegendo os advogados com a Procuradoria da Ordem, cujo órgão deverá ser criado urgentemente e preenchido por colegas advogados mediante concurso. Aquele que ofender o advogado, humilhá-lo ou desrespeitá-lo em serviço será processado na forma da lei. Defendemos a criação de um plano de ação para a OAB-MA. Se ocorrer um fato desabonador contra advogados em qualquer parte do território nacional até o plano de voo deverá ser acionado já com um planejamento prévio quando o local for distante.

Pretendo criar o Conselho de Controle do Judiciário Municipal constituído de advogados e da sociedade civil organizada, para fiscalizar as varas que não funcionam e a carga horária dos magistrados. Também o sistema de comunicação imediata será criado entre a entidade e os advogados de todo o estado, através de um sistema de informática e de rádio. Criaremos um programa de TV e de rádio para divulgar o trabalho do advogado e denunciar a quebra de prerrogativa. Vamos criar um escritório da OAB em Brasília, para que acompanhe as representações contra magistrados e a Corregedoria da Ordem, para controlar os processos parados no Judiciário por tempo não razoável.

JP - Qual será a estratégia de sua campanha?

Mozart - Existem vários princípios a serem seguidos. Após a homologação das chapas, iremos enumerar a plataforma completa. Mas se vencermos iremos verificar a saúde financeira e fazer um orçamento participativo e a categoria será ouvida em plebiscito para que os gastos sejam direcionados.

Todas as decisões importantes sairão um pouco do controle dos conselheiros e serão decididas em assembleia como vem sendo bem utilizado em outras seccionais.

Isto leva a entidade a ser mais transparente, participativa e democrática. No mais, a Ordem passará por profundas transformações a começar pelos funcionários que serão treinados para receber os advogados. Uma comissão especial composta por advogados de todas as gerações será nomeada para redirecionar os novos rumos da entidade obedecendo a filosofia de valorizar o advogado.

A gestão será totalmente profissionalizada. Todo o dinheiro disponível será utilizado em prol do sócio e de sua formação, dando-se ênfase principalmente à questão social. Mas uma prioridade será a criação da Casa do Advogado.

Será um escritório completo em frente aos fóruns da capital e do interior, inclusive na Justiça especializada, completamente equipado inclusive com uma secretária que domine os programas do processo eletrônico para aqueles colegas que ainda não tenham condições de montar escritório ou que estejam em trânsito. Os pontos de apoio como xerox etc, funcionarão no horário corrido, inclusive no horário do almoço.

Polícia Civil volta a decretar greve por tempo indeterminado no Maranhão

Presidente do Sinpol-MA disse que governo não apresentou novas propostas (Foto: Flora Dolores/O Estado)

A Polícia Civil do Maranhão voltou a decretar greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada em assembleia geral realizada nesta sexta-feira (18), na Associação dos Bancários, no bairro do Centro, em São Luís. Durante o movimento, apenas 30% do efetivo nas delegacias e regionais vão atender a população, conforme previsto em lei. Peritos e delegados não aderiram à greve. No Estado, são 2.116 policiais civis.

O movimento havia sido suspenso no dia 10 de agosto. Na ocasião, o Sinpol decidiu pela suspensão da greve até o dia 4 de setembro, quando o Estado deveria ter apresentado uma proposta da categoria. " Fizemos última tentativa com o governo ontem (quinta-feira, 17). Como o governo não apresentou uma proposta que atenda as reivindicações, a greve volta a ser deflagrada por tempo indeterminado. ", afirmou Heleudo Moreira, presidente do Sinpol-MA.

saiba mais

- * Polícia Civil suspende greve após 7 dias de paralisação no Maranhão*
- * Governador do MA descarta reajuste a policiais e encerra negociação*
- * Em greve, policiais civis denunciam precariedade em delegacias do MA*
- * Justiça determina suspensão da greve dos policiais civis no Maranhão*
- * Policiais civis do Maranhão iniciam greve por tempo indeterminado*

Os policiais civis reivindicam melhores condições de trabalho e pleiteiam a reestruturação do subsídio com base nas tabelas apresentadas pelo governo do Maranhão. Também estão na pauta assunto como aumento do efetivo, tecnologia, inteligência policial e melhores condições de trabalho. O presidente do sindicato afirma que hoje um agente da polícia ganha 20% do salário de um delegado. Peritos e delegados não aderiram ao movimento de greve.

O G1 entrou em contato, por email, com o governo do estado, que disse ser inviável qualquer tipo de reajuste aos policiais civis devido a queda na arrecadação estadual. O governo pede, também, a compreensão dos servidores para que não se afastem do local de trabalho. Confira a íntegra da nota abaixo:

NOTA

A Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-MA), por meio da Delegacia Geral de Polícia Civil, informa que mantém os canais abertos para diálogo com os policiais civis sobre a implementação salarial. Ressalta que reconhece a importância desta categoria e de suas demandas.

Neste momento, considerando a situação econômica vigente, onde a arrecadação estadual apresentou queda, foram inviabilizadas uma série de ações em diversas áreas, entre estas, na Segurança. Reitera, ainda, que o Estado tem responsabilidade com o pagamento dos vencimentos de servidores e demais demandas da gestão.

Diante do quadro, pede-se a compreensão dos servidores para que não se afastem do local de trabalho e permaneçam em suas atividades normais, a fim de garantir o direito do cidadão à segurança e não incorrerem

em sanções administrativas previstas em lei.

Sem proposta

No dia 5 de agosto em uma reunião no Palácio dos Leões - sede do governo estadual -, os secretários de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, e de Articulação Política, Márcio Jerry, orientaram os representantes da categoria a suspender a paralisação e manter a mesa de negociações com o governo.

Por meio das redes sociais, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), descartou qualquer possibilidade de negociação em 2015 com os policiais civis do Maranhão. "Concedemos aos policiais o maior aumento de remuneração do Brasil neste ano. Os policiais civis tiveram reajustes de 20% a 38%. Já fizemos o máximo possível neste ano. Não posso e não vou 'quebrar' o Estado. Vamos fazer novas negociações no próximo ano", escreveu.

Mensagem do governador foi publicada nas redes sociais (Foto: Reprodução)

Ilegalidade da greve

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) determinou, na terça-feira (4), que o Sinpol-MA suspendesse o movimento grevista. A decisão prevê multa de R\$ 20 mil por dia de descumprimento da determinação judicial, além de desconto salarial dos dias não trabalhados pelos servidores que continuarem em greve.

A medida é resultado de ação civil pública com pedido de antecipação de tutela ajuizada pelo Estado do Maranhão após o anúncio da greve.

Acorrentados e em greve de fome deficientes de ITZ cobram medicamentos

IMPERATRIZ - Acorrentados e em greve de fome deficientes físicos de Imperatriz se reuniram na manhã desta segunda-feira (21), em frente ao Fórum de Justiça Henrique de La Rocque.

Eles cobram da Justiça e da prefeitura de Imperatriz o cumprimento da sentença, referente ao processo da sentença de número 643/2006, da Vara da Fazenda que determina a secretaria de saúde da cidade a disponibilizar medicamentos e outros produtos de uso contínuo para todos os deficientes.

De acordo com Charles Alexandre Seba, que ficou deficiente após um acidente de trabalho, a prefeitura não abriu licitação para compra destes materiais necessários para todos os deficientes de Imperatriz.

"Esse é o movimento da pessoa com deficiência que abrange todos do município, cadeirante, visual, auditivo, enfim. Os materiais de uso contínuo não apenas para cadeirantes e estamos requerendo que o poder judiciário der o socorro devido, pois a prefeitura não está cumprindo o que foi determinado pela sentença", esclarece.

O cadeirante Evando Fernandes, explica que o custo mensal das despesas com medicamentos do deficiente físico chega a ser mais de 1.150 reais, o que compromete o tratamento e também o orçamento da pessoa com deficiência.

"Prejudica muito a vida da pessoa com deficiência, porque tiramos do mínimo do salário, da nossa alimentação, para comprar os medicamentos necessários para a nossa sobrevivência, sendo que é uma causa ganha. Queremos apenas que a prefeitura cumpra a sentença e que estes medicamentos estejam disponíveis nos postos de saúde", cobra.

Programa Questão de Justiça debate Perdas

O Secretário de Comunicação do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão-SINDJUS/MA Artur Filho abriu o programa Questão de Justiça-A voz do Servidor deste último sábado, 19/09, fazendo uma explanação aos ouvintes sobre as principais reivindicações dos servidores do Judiciário. O programa também contou com a participação do Secretário de Promoção Social e Lazer George dos Santos, que foi convidado para o debate.

O programa tratou principalmente da luta dos servidores pela manutenção dos 21,7%, e pela aprovação do Projeto das Perdas Inflacionárias de 6,23%. Tanto que na última quinta-feira 17/09, os servidores cruzaram os braços e paralisaram as atividades em todo o Estado pela aprovação do Projeto das Perdas Inflacionárias de 6,23% pela Comissão de Assuntos Legislativos do Tribunal de Justiça (TJMA). E pela ausência de posicionamento do Tribunal de Justiça, os servidores do Judiciário estão convocados a se reunir, novamente, em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 03/10, sábado, na sede social do SINDJUS-MA, na estrada da Raposa, para deliberarem sobre deflagração de GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO, caso, o projeto de lei que garante o pagamento das perdas inflacionárias dos servidores do Judiciário não tiver sido aprovado.

"O governador decidiu continuar com a Ação Rescisória 36.586/2014, acolhida pelas 2ª Câmaras Cíveis Reunidas do TJMA, que reduz em 1/5 os salários da categoria. Além disso, as nossas Perdas Inflacionárias que estamos lutando há mais de nove meses sem receber, e o Tribunal se quer enviou o projeto para a Assembleia Legislativa, no entanto já garantiu as perdas dos desembargadores. E é por esses motivos que a categoria terá de usar a medida extrema que é a GREVE", disse George dos Santos. O Secretário Geral Márcio Luís também participou do programa e agradeceu a participação massiva dos servidores na Paralisação de Advertência. "Sobre as Perdas Inflacionárias, não é um reajuste, é uma recomposição para que os trabalhadores não sofram um achatamento dos seus salários causado pela inflação", explicou.

Os diretores do SINDJUS-MA também agradeceram o apoio dos deputados estaduais Deputada Andrea Murad (PMDB), Deputado Sousa Neto (PTN), Fernando Furtado (PcdoB), André Fufuca (PEN), Zé Carlos (PT) que apoiam a categoria, e cobram para que o governador promova o diálogo com os sindicatos e as Centrais Sindicais, assim como ele disse na sua campanha de governo. O programa "Questão de Justiça - A voz do servidor" vai ao todos os sábado das 10h às 11h na rádio Difusora AM 680

SINDJUS/MA republica Edital da Assembleia Geral que vai deliberar sobre Greve, dia 03/10, na sede Social

21/09/2015 | 06:47

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão - SINDJUS/MA republica nesta segunda-feira, 21/09, os Editais de Convocação das Assembleias Gerais, que vão deliberar sobre a deflagração de GREVE GERAL dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão para garantir a REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA, no índice de 6,3%, com efeitos retroativos a janeiro de 2015, autorizar o uso da internet nos processos eleitorais e deliberativos do SINDJUS/MA, bem como majorar pelo prazo de seis meses a contribuição mensal dos associados para custear as despesas da greve e da campanha pela manutenção dos 21,7%.

Os motivos da republicação dos Editais e alteração da data da Assembleia Geral Extraordinária para o dia 03 de outubro, sábado, são dois: 1º) Por recomendação da assessoria jurídica, com objetivo de cumprir requisitos formais da LEI DE GREVE; 2º) Para mudança do local das Assembleias Gerais para o Auditório do Hotel Premier, na Ponta da Areia, de modo a facilitar o acesso ao maior número de servidores a esse momento de reencontro histórico da classe trabalhadora do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que decidirá os próximos passos da luta da categoria contra a retirada seus direitos por parte do Tribunal de Justiça e do Governo Flávio Dino.

Relembrando a todos que, apesar de formalmente a greve ser por REPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS DE 2015, a luta política da categoria é tríplice: 1) Reposição inflacionária; 2) Manutenção dos 21,7% e aprovação do Novo PCCV; 3) Anistia das punições da greve de 2014.